

VOTO DE CONDENAÇÃO E PESAR N.º 544/XIII

PELAS MORTES E PELA ESCALADA DE VIOLÊNCIA NA FAIXA DE GAZA

Pelo menos 55 palestinianos morreram no passado dia 14 de maio por disparos de soldados israelitas, e mais de 2400 ficaram feridos, centenas deles por balas, quando se manifestavam desarmados junto à barreira que separa a Faixa de Gaza do território israelita.

Os Palestinos têm-se manifestado desde o passado mês de março para assinalar aquilo a que chamam a Grande Marcha do Retorno, com o objetivo de reivindicarem o direito a regressar às suas terras, estando previsto que terminasse no dia 14, para assim evocar os 70 anos que assinalam o êxodo palestiniano em 1948, quando centenas de milhares de palestinianos foram forçados a sair das suas terras após a criação do Estado de Israel.

A 14 de maio, os Estados Unidos da América inauguraram a sua embaixada em Jerusalém, o que contribuiu para o aumento da escalada de violência que se saldou com a morte de mais de 55 palestinianos e milhares de feridos, fazendo deste o dia mais sangrento desde os últimos conflitos em 2014. Desde o passado dia 30 de março, milhares de palestinianos têm-se manifestado ao longo da Faixa de Gaza, tendo já morrido cerca de 100 pessoas.

O Secretário-Geral das Nações Unidas disse estar “profundamente alarmado e preocupado pela escalada de violência e pelo número de Palestinos mortos”, a União Europeia e a comunidade internacional não pouparam críticas à violência desproporcionada contra os palestinianos. Com estes acontecimentos, fica também mais longe a possibilidade de um regresso às negociações de paz e compromete-se ainda mais a possível criação de dois Estados.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária:

- Condena veementemente a escalada de violência e expressa o seu profundo pesar pela morte de perto de 100 palestinianos e lamenta os mais de 2400 feridos na Faixa de Gaza;

- Apela à contenção de todas as partes e ao fim da utilização de balas reais por parte dos soldados israelitas;
- Manifesta a sua solidariedade para com os esforços da comunidade internacional em chegar a uma solução de paz duradoura, assente no mútuo reconhecimento da existência pacífica e segura de dois Estados.

Palácio de São Bento, 18 de maio de 2018,

Os Deputados